

# O Instituto da Readaptação

**E**M número precedente, relativo ao mês de dezembro de 1950, aludimos à expectativa da regulamentação do instituto da Readaptação. Isso, exatamente, o que se tornou realidade através do Decreto n.º 29.642, de 6 de junho de 1951.

Qual, entretanto, o alcance da readaptação e dos objetivos que a ditaram? Trata-se, preliminarmente, de um problema estatutário, de solução pendente desde 1939. Com efeito, o instituto foi inscrito nos arts. 68, 69 e 70 do Decreto-lei n.º 1.713-39 (atual Estatuto) e, a despeito das diversas comissões que se constituiram para o estudo da matéria, só a princípio do atual período presidencial se concretizou a regulamentação. Este retardamento já traduz, pelo menos, a importância e a especial atenção que sempre mereceu o problema da readaptação por parte dos estudiosos da administração do pessoal, no serviço público. Agora, a sua não menos relevante significação intrínseca.

À luz do Estatuto, a readaptação envolve dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, é um recurso legal de ajustamento do funcionário às atribuições que afinam com os seus pendores vocacionais ou são compatíveis com a sua capacidade física. Vê-se que, neste particular, o instituto traduz o interesse do Estado em valorizar o servidor público, num sentido, ao mesmo tempo, social e humanístico, de aperfeiçoamento profissional. Em segundo lugar, a readaptação não poderia prescindir dos objetivos de eficiência do próprio serviço público. Assim, é um meio de correção disciplinar, quando impossível o reajustamento do servidor à função. Nesta conjuntura, é claro, a providência deve processar-se, "in extremis", mesmo porque, reconhecida a inviabilidade de readaptação, poderá ser, ainda, aplicado ao funcionário o instituto da aposentadoria.

*Noutras palavras, aos propósitos de ajustamento profissional, consignados nos arts. 68, 69 e 70, do Estatuto, acrescentam-se os do art. 238, § 3.º, relativos à demissão por ineficiência ou falta de aptidão para o serviço.*

*Na realidade, o aspecto médico-social e humanístico da readaptação sobreleva o aspecto disciplinar. Neste ponto, vêm-se concentrando os trabalhos dos que, no D.A.S.P., têm estudadometiculosamente a matéria. A esse respeito, oportuno é relembrar o trabalho do saudoso Técnico de Administração, Dr. Ary de Castro Fernandes, — “Readaptação Profissional por Incapacidade Física”. Ali o instituto deve colimar três importantes objetivos, todos de ordem social: a) a reabilitação de todas as formas de desajustamento, inclusive as de ordem econômico-social, o “desemprêgo técnico”; b) o ajustamento à mesma profissão, com a eliminação das causas físicas, psicológicas ou sociais; c) a reeducação compreendendo a aprendizagem, a iniciação em nova profissão, quaisquer que sejam as causas de desajustamento. Agora, o sentido humanístico: “Readaptar é manejar valores humanos. É considerar casos individuais, no momento em que eles apresentam pequena receptividade, cheios de conflitos psicológicos, recalques, complexos de inferioridade. É equacionar fatores econômico-sociais, no interesse geral e coletivo, simultaneamente, numa época de estruturação social complexa, de equilíbrio instável, de civilização em mudança”.*

*E não resta dúvida que essa relevante orientação de interesse social, inicialmente introduzida no Estatuto, é que se exteriorizou no decreto de regulamentação. É de ver, mesmo, que, na fase de trabalho da Comissão de Readaptação, foi rejeitado um projeto que enquadava a readaptação, como instituto predominantemente disciplinar.*

*Desse modo, firmou-se a readaptação como instrumento de aperfeiçoamento profissional e, só refletindo comprovada e inevitável ineficiência do servidor, poderá converter-se em recurso disciplinar. Essa a importância que reveste o Decreto n.º 29.642, de 6 de junho de 1951.*

## Aspectos Sócio-Econômicos da Primeira Faixa de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso

JOÃO CASTELO BRANCO

(Conclusão)

### II

**A** NECESSIDADE de ser sucinto e o temor de parecer pessimista levam-me a reduzir o número dos quadros das misérias que surpreendi quando em contato com as populações rurais do São Francisco. Sou, contudo, forçado a projetar alguns, menos pelo prazer de os haver conhecido, do que pela esperança de submetê-los à terapêutica de quem pode curá-los.

No Estado de Alagoas, o município de Marechal Floriano, ex-Piranhas, de 813 quilômetros quadrados e 3.850 habitantes, é de onde parte a Estrada de Ferro de Paulo Afonso que, no período do Império, foi construída para atender ao plano de aproveitamento do vale do São Francisco, transpondo o obstáculo das cachoeiras.

Suas terras, embora semi-áridas, ainda produzem, quando chove, milho, feijão, alguma mandioca e abóboras. — A pobreza de seus recursos mais se acentua pela ausência de terra de vãzantes que o rio ali corre entre serras mais ou menos abruptas. As escolas estaduais e municipais, que possui em número reduzido, porque providas por leigos, apresentam uma freqüência escassa.

Há na sede do município um subposto médico, mas como o profissional responsável reside em Pão de Açúcar, a mais de 42 quilômetros descendo o curso do rio, o único funcionário que atende aos necessitados é um simples guarda, seu encarregado. — Uma cooperativa agrícola local, cujo capital é de Cr\$ 242.242,00 não funciona. Esta entidade associativa tem dois funcionários que percebem mensalmente Cr\$ 200,00, mas como não há recursos para pagá-los, eles mesmos se indenizam com a venda que fazem dos gêneros ainda em depósito. O distrito de Olhos d'Água cujas terras, ainda que arenosas, dispõem de um certo grau de umidade, é o oásis do município, onde ainda é possível a cultura de frutas regionais, inclusive coqueiros, nos baixios úmidos. — Outro distrito, o de Entre Montes, cuja sede é localizada na margem do São Francisco, oferece

um aspecto desolador de impressionante decadência. — Com uma população de 400 habitantes, as casas residenciais não alcançam um preço de venda maior de Cr\$ 300,00 a 400,00. Seus habitantes fabricam e vendem, nas cidades marginais, tijolos grosseiros e mal cozidos e, abundantemente, lenha das caatingas que a Estrada de Ferro de Paulo Afonso consome, principalmente o angico e a baráuna. O angico é vendido sem casca que é negociada posteriormente com os curtumes. — E como são as espécies pelos compradores mais preferidas, em breve ambas terão desaparecido. Acontece que o angico pode reproduzir-se pela brotação espontânea; a baráuna, madeira de lei, fenece e morre sob o machado do lenhador. — Constrange verificar que desta última só suas partes mais grossas são aproveitadas como lenha; as partes mais finas são abandonadas como imprestáveis. Exceção do distrito de Olhos d'Água, que é o celeiro do município, e onde o erado já iniciou seus primeiros passos, as terras excedentes nada produzem, o que, aliás, se verifica facilmente quando se observa que a Prefeitura arrecadou em 1947, Cr\$ 57.966,10, da qual o Estado, cobra ainda as taxas de assistência técnica e de saúde pública!! A Coletoria Estadual obteve, no mesmo período, Cr\$ 91.534,30, cuja contribuição do imposto territorial sobre 49 propriedades registradas, atingiu a Cr\$ 2.640,00!! Dessa importância colhida pelo Estado, os títulos que mais renderam foram "vendas e consignações" e estampilhas. — Verifica-se, assim, desde logo, qual a situação econômica do município e suas decorrências sociais.

As feiras semanais de Marechal Floriano convergem produtos de outros municípios, inclusive farinha de mandioca, cuja produção local só eventualmente basta às necessidades de seus habitantes.

A Estrada de Ferro de Paulo Afonso que, como já disse de início, tem seu ponto de partida em Marechal Floriano, apresentou em janeiro vigente uma renda de Cr\$ 12.112,20; em fevereiro, Cr\$ 16.240,70; em março, Cr\$ 27.903,40; em abril Cr\$ 23.291,00; em maio, Cr\$ 12.153,40;

em junho, Cr\$ 12.291,00! Isso atravessando dois municípios e atendendo em parte à produção de alguns outros, inclusive de Bahia e Pernambuco.

Os otimistas disfarçam essa situação de penúria produtiva pela evasiva de que o transporte, sobretudo de produtos regionais, se processa em maior volume pelas rodovias, mas em constante trânsito por êsses mesmos lugares nunca pude confirmar essa observação, inclusive pela especificação das mercadorias transportadas pela ferrovia, cujos títulos são os seguintes: açúcar e derivados; algodão e derivados; cereais e produtos agrícolas; produtos de florestas, materiais de construção; diversos produtos locais; materiais de importação; vazio e mercadorias geris.

A cidade não tem diversões. — Joga-se abertamente, como, aliás, acontece em todo o Estado de Alagoas, onde a promiscuidade no vício já não distingue o homem da criança, o abastado do mendigo, o policial do desordeiro, o operário rural do proprietário. — O Estado põe o jôgo em arrematação — que os prefeitos municipais arrematam e exploram.

Foi viajando pelo interior dêsse município que um dos nossos companheiros, penetrando na caatinga em busca de socorro para o nosso "jeep" acidentado, deparou uma primitiva cabana, cujo proprietário fôra à roça mas onde viviam três crianças, duas das quais, embora já crescidas, não conheciam dinheiro! Pedindo água, foi por elas levado a um barreiro, que chafurdado pelos porcos, era ainda a única fonte de onde se abastecia essa família!

E isso acontece num município às margens do São Francisco, onde o rio é navegável até a foz, onde há uma estrada de ferro e as condições climáticas ainda permitem a criação de 4.300 bovinos, 560 equinos, 300 asininos, 360 muares, 1.400 suínos, 1.200 ovinos, 3.900 caprinos e o estabelecimento de algumas culturas de alimentação!!

\* \* \*

As terras de Alagoas integrantes da primeira faixa que, sob a influência da cachoeira de Paulo Afonso, deveria ser por nós estudada, são constituídas pelos municípios de Marechal Floriano, Pão de Açúcar, Água Branca, Mata Grande e Sant'Ana do Ipanema.

Do primeiro fiz citações à parte, na impossibilidade de incluí-lo entre os demais, cujas condições econômicas e mesmo sociais não seria admissível englobar numa apreciação de conjunto.

Pão de Açúcar, apesar de sua extenção territorial de 1.265 quilômetros quadrados, onde habitam 20.387 almas, não apresenta as condições de trabalho que de suas terras deveríamos esperar. Os salários rurais são ainda os mais baixos que se oferecem nas regiões ribeirinhas do São Francisco, o que justifica até certo ponto a imigração de seus braços para os Estados do Sul. O regime alimentar dos 4.000 residentes na

sede do município é de carne e de peixe com relativa abundância, mas fazem um consumo restrito de frutas, só passíveis de cultivo em serras circunvizinhas, onde as populações, afeitas a outras atividades agrícolas, têm a fruticultura como trabalho subsidiário, apesar do elevado preço que as atas, as bananas e algumas laranjas atingem nas feiras semanais.

Outrora grande produtor de algodão, Pão de Açúcar colhe hoje uma fibra de péssima qualidade e irrigação na quantidade para suas possibilidades naturais. Em 1947, sua colheita foi estimada em um milhão de quilos, mas o prolongamento das chuvas no correr do ano reduziu, sobremodo, essa estimativa, tida, aliás, como excessiva. O feijão, o milho e a mandioca têm nas terras de Pão de Açúcar um "habitat" promissor; mas, desajudados pelos poderes públicos, seus habitantes voltam-se para a pecuária e para o cultivo do arroz nas terras de vazante, de vez que, com a escassez de braços, que já se recusam ao baixo salário, preferindo emigrar, e na ausência absoluta de máquinas agrícolas, mais vale restringir-se à criação de animais domésticos e aguardar a extravasão das águas do São Francisco para início do plantio do arroz. A produção do município é transportada em 220 carros de boi e cinco caminhões, três dos quais de uso privado. Um curtume que funciona na sede e em condições de produzir 100.000 quilos de sola, só preparou 2.630, em 1947. Dois engenhos de beneficiamento de arroz, beneficiaram 744 sacos, no mesmo ano. Há ainda pequenas indústrias de sapataria e carpintaria. O município dispõe de três pequenos açudes e mais seis em perspectiva que serão construídos pelo Estado. O orçamento municipal de 1947 elevou-se a Cr\$ 340.000,00 mas a arrecadação não excedeu de Cr\$ 302.625,30. No corrente exercício a estimativa orçamentária é de Cr\$ 450.000,00, mas nela está incluído o auxílio constitucional que lhe será pago pelo governo da União. Aliás, esse auxílio, já incluído nas leis de meios, mas ainda não recebido, só tem prejudicado as finanças municipais, pois englobado na receita, permite, como vem acontecendo, uma despesa equivalente. A cidade tem um precário serviço de águas e de iluminação, mas vibra com a esperança de que as obras do São Francisco os tornem eficientes. São 12 as escolas municipais, duas das quais subvencionadas. O Estado mantém, por sua vez, na sede do município, um grupo escolar com 10 professores, além de três escolas mistas no interior. O Ministério da Educação e Saúde já construiu dois prédios para instalar escolas rurais e a população tem promessas de mais quatro que serão construídas, e um hospital para 60 leitos está em vias de conclusão. Quinze escolas supletivas, quatorze das quais localizadas no interior, processam a alfabetização de adultos. A Legião Brasileira de Assistência tem ali uma de suas seções, funcionando com escassos recursos, mas prestando o auxílio que pode aos que a ela recorrem. A Coletoria Estadual de Pão de Açúcar recolheu, em 1947, Cr\$ 569.656,10 e a Prefeitura Municipal, Cr\$ 302.625,30. A renda

da Coletoria Federal alcançou Cr\$ 215.675,00. Desta, a contribuição do impôsto de renda foi de Cr\$ 102.931,50.

Evidentemente, somadas tódas elas, essas receitas não podem ser consideradas como satisfatórias para o índice de trabalho de uma população superior a 20.000 habitantes, mas se faz mister atentar que Pão de Açúcar está na zona sujeita às sécas, com más e deficientes estradas, ainda sob o regime latifundiário, pois só foram registradas no presente exercício 648 propriedades que pagaram de impôsto territorial a insignificância de Cr\$ 17.471,40. Por isso mesmo, seu território apresenta uma densidade ínfima de população, cujo surto imigratório tem origem em tódas essas razões reunidas.

O impôsto de transmissão sobre a propriedade imóvel "inter-vivos" rendeu, no ano passado, Cr\$ 11.115,60, o que demonstra, à saciedade, a pequena mobilidade dos bens territoriais em Pão de Açúcar, prova evidente da impossibilidade de explorá-los sob um regime econômico compensador.

\* \* \*

Os municípios de Água Branca e Mata Grande, ambos no Estado de Alagoas, apresentam condições econômicas de possibilidades semelhantes, mas Água Branca tem suas rendas mais elevadas, visto que Delmirópolis, onde se acha uma fábrica de tecidos, é um de seus distritos. A coletoria estadual rendeu, em 1947, Cr\$ 1.020.000,00, enquanto a previsão dessa receita no vigente exercício, está estimada em Cr\$ 1.500.000,00. Suas terras produzem feijão e milho e algum fumo, mas em quantidade relativamente escassa, em face de sua capacidade produtiva. Embora situada na zona dita da caatinga, Água Branca dispõe de serras elevadas que favorecem as precipitações pluviométricas, originando condições climáticas perfeitamente favoráveis à vegetação. Nesse município há 900 propriedades registradas que pagam Cr\$ 25.000,00 de impôsto territorial, mas obtive segura informação de um funcionário fiscal que ali há, pelo menos, 600 propriedades que ainda não fizeram seu registro. A criação de animais bovinos, caprinos e ovinos não basta às necessidades da população, que dessa deficiência se suplementa em Pernambuco e Bahia.

A população é tão religiosa que freqüenta diariamente a igreja, onde se celebra missa tódas as manhãs. Um habitante da sede do município afiançou-me que esse espírito religioso é que tem mantido na cidade uma moral elevada. O grupo escolar é freqüentado por trezentos alunos sob a regência de cinco professôras de curso supletivo. Na feira semanal a que tive a oportunidade de assistir, quase todos os seus freqüentadores usavam alpercatas, cuja qualidade varia apenas de acordo com os recursos financeiros de cada um. Há pequenas indústrias de sapatos, couros, peles e madeira. O poder aquisitivo da população não me pareceu tão baixo, por isso que há casas cujo aluguel excede de Cr\$ 200,00.

As serras proporcionam o cultivo de frutas: mangas, bananas, laranjas, melancias e melões. Todo o algodão produzido no município é adquirido pela Companhia Agro-Fabril, cuja fábrica funciona, como já disse, no distrito de Delmirópolis (Pedra).

A migração do braço rural é acentuada, o que de resto não é de admirar, numa região em que, no período das chuvas, uma tarefa de 3.025 m<sup>2</sup> de terra arrenda-se numa razão de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 50,00.

Fenômeno curioso, que narro com reserva, é a durabilidade da mandioca que se planta no alto da serra, sobretudo a variedade conhecida pelo nome de "pronuncia" que pode permanecer no solo, a ser verdadeira a informação, pelo período de 20 anos.

Há no município mais de 50 engenhos de rapadura. O número de latifundiários é também maior que em qualquer outra região do Estado.

Gozando do clima das caatingas e das serras, onde pois, a água não escasseia a ponto de prejudicar a vegetação, Água Branca, associada a Mata Grande, constitui incontestavelmente o melhor trato de terra da faixa que nos foi dado observar e se ali fôr normalizado o seu uso pela desapropriação e constituição de aldeias rurais, conforme alvitrei em outra parte deste relatório, sua produção agro-industrial superaria a qualquer expectativa. Até o café produz, se sombreado, nas terras de Água Branca.

Mata Grande priva de vantagens idênticas. A produção agrícola é semelhante à de Água Branca, ainda que precessada sob o regime de trabalho o mais rudimentar. Há nas serras grandes extensões devastadas; nas proximidades da sede é onde melhor se observa esse aspecto constrangedor. As espécies vegetais mais utilizadas nas grandes construções apresentam ainda raros espécimes, ainda não em condições de seu aproveitamento industrial. Há, apesar de tudo, brotações espontâneas por acaso esquecidas pelo machado. É esta, pelo menos, a situação da serra de Santa Cruz, penosamente atravessada a cavalo pela comissão de que fiz parte. Como Água Branca, Mata Grande dispõe, pago pelo Estado, de um médico sanitário, o que não tem impedido, dado a escassez de outros recursos, que a mortalidade infantil seja muito elevada.

Os engenhos de rapadura moem canas próprias, mas sempre há meeiros que plantam até onde podem industrializar os donos da maquinaria. A produção assim obtida é dividida em partes iguais.

Diversa de Água Branca é a situação de Mata Grande, onde há perto de 2.000 proprietários que pagam a taxa mínima de impôsto territorial que é de Cr\$ 10,00. O coletor estadual informou que outras propriedades há, ainda não registradas, mas terão que satisfazer a essa exigência fiscal, quando da oportunidade da venda ou do inventário. Interessante observar é que a propriedade territorial só é dividida na serra, nos outros tratos é possuída em comum. A receita es-

tadual no corrente exercício aproxima-se de Cr\$ 600.000,00 e a municipal de Cr\$ 320.000,00. A seis quilômetros de Mata Grande, em direção de Sant'Ana do Ipanema, há uma sensível transição de vegetação que passa então a definir-se como caatinga. Água Branca tem 1.346 quilômetros quadrados, e acusa uma população de 21.871 almas.

\* \* \*

O município de Sant'Ana do Ipanema, considerado pelos seus habitantes como celeiro de cereais do Estado de Alagoas, só em pequena área foi abrangido pelo retângulo que nos foi dado observar sob a influência da cachoeira de Paulo Afonso. Suas condições de prosperidade, embora também sujeitas às crises de estiagem provêm da racionalização parcial do seu trabalho agrícola em que o arado, em número de quatro mil, já constitui um instrumento tido como essencial aos que se dedicam às lides da lavoura. Povoados há em seu território que, surgidos a menos de um ano, dispõem de mais de cem casas residenciais, o que constitui, incontestavelmente, um índice animador de progresso, sobretudo numa região onde, cessadas as chuvas, os rios "cortam", e a produção agrícola e até o animal sofrem as consequências das irregularidades meteorológicas.

O governo de Alagoas parece ter na devida conta o trabalho da população de Sant'Ana do Ipanema, pois concorreu com um empréstimo de Cr\$ 600.000,00 para a cooperativa local e deu início à construção de vinte pequenos açudes em seu território, dos 150 que projeta construir em todo o Estado.

Outro sinal evidente de seu índice de progresso é a iluminação elétrica de sua sede e, até de vários de seus distritos, todos êles zelosos de seu grau de adiantamento nesse setor.

Distante como se encontra do rio São Francisco, na parte onde suas águas deverão ser elevadas, não temo afirmar que a assistência que fôr criada no vale daquêle rio só poderá estender-se a Sant'Ana do Ipanema com a fundação de açudes e, possivelmente, de poços tubulares, de vez que as águas de seus córregos "cortam" e salgam no período das estiagens.

Grande produtor de algodão, feijão, milho e outros cereais, a primeira das aludidas culturas sofre ali o colapso de produção, hoje generalizado no Nordeste. Deixo de referir as causas oriundas desse estado de coisas, porque a matéria mais se ajusta às atividades do Fomento Agrícola.

Em Sant'Ana, suas terras, quase todas de caatinga, valem, mesmo assim, a tarefa: Cr\$ 50,00, 120,00 e 200,00. Os salários mais elevados da região atingem a Cr\$ 10,00 e 15,00. Sua produção circula em 820 carros de boi, 130 dos quais de aluguel. A prefeitura, cujo orçamento no corrente exercício é de Cr\$ 600.000,00, despendeu no ano passado Cr\$ 56.396,80 com a educação

primária. E' animador o confronto que se pretenda fazer com outros municípios aqui relacionados. O município mantém 21 escolas, disseminadas em sua sede e seus distritos, além de um grupo escolar e escolas isoladas mantidas pelo Estado.

Seus 50.246 habitantes se abastecem quase que exclusivamente no comércio regional, onde funcionam 132 estabelecimentos.

Sua extensão é de 2.516 quilômetros quadrados. O Estado arrecadou, em 1947, em Sant'Ana do Ipanema, Cr\$ 1.367.088,00, mas em 30 de julho do ano em curso a receita já atingira a Cr\$ 919.192,20. O impôsto territorial, incidindo sobre 883 propriedades, produziu Cr\$ 11.160,00 mas convém observar que, dado o regime de pequenas propriedades. O aludido impôsto não excede de Cr\$ 10,50 por unidade. A exportação de gado em pé faz-se para Maceió, Recife e municípios do interior dos dois Estados. Em Sant'Ana do Ipanema abatem-se de 30 a 40 bois semanais, além de uma média de 70 caprinos e ovinos e mais 25 a 30 suínos.

A renda da Coletoaria Federal, que abrange sólamente o município, foi, em 1947, de Cr\$ ..... 293.594,12, em que o impôsto de consumo contribuiu com Cr\$ 104.823,82 e o da renda com Cr\$ 138.854,60.

Um simples cotejo desses números com os da renda federal de Floresta, abrangendo, aliás 4 municípios, demonstra, por si só, o que pode o trabalho rural quando racionalizado.

\* \* \*

Os municípios pernambucanos de Jatiná, Floresta e Petrolândia estão localizados na zona dita de sertão, e, porque assim, a situação sócio-econômica de suas populações sofrem as oscilações do período cíclico das estiagens. No ano em curso, a precipitação pluviométrica nas caatingas do Nordeste foi excessiva, acarretando até a "queima" do feijão e do milho, o que reduziu consideravelmente o volume de suas safras, mas, cessadas as chuvas, em menos de três meses já se observava a extinção dos pastos e, nos citados municípios, os caprinos já roiam, à guisa de alimento, a casca dos vegetais arbóreos, enquanto o xiquexique e o mandacaru forneciam a água que não podiam ir bebê-la no São Francisco!

Só as serras conservavam um pouco de umidade, mas isso quando sua elevação é sensível, conforme tive ocasião de notificar ao fazer referência à situação excepcional do distrito de Tácaratu, no município de Petrolândia.

DRAENERT e VOSS, citados por MORAIS RÉGO, já em seu tempo se haviam apercebido da influência das montanhas nas precipitações do Nordeste do Brasil. A produtividade das serras é facilmente verificada, sobretudo nas feiras, cuja maior produção procede de suas fraldas e de suas assentadas.

Nos aludidos municípios, as caatingas apresentam o aspecto de uma vegetação esparsa e ainda de porte reduzido. A devastação das madeiras de lei processou-se sem qualquer previsão, mesmo de uma brotação espontânea, e o solo, assim descoberto, oferece um caprichoso rendilhado de sulcos e "ravinhas", onde a água se precipita sem o obstáculo de qualquer coberta, e onde a erosão se ostenta, inutilizando áreas relativamente extensas para qualquer produção. E não é, pois, para admirar que, num período de chuvas abundantes, passadas estas, as pastagens desapareçam, e o gado, como acontece na fazenda Simpatia, no município de Jatinã, ande seis quilômetros para se dessedentar no São Francisco.

O plantio de palma que seria, como em tempo o será, o meio econômico de sobrevivência da criação, só agora vem sendo iniciado, inclusive com a extinção recente do banditismo, que fazia desses municípios o campo ideal de suas façanhas e pilhagens.

A reconstrução de uma braça de cerca em Jatinã custa Cr\$ 6,00, enquanto sua construção não se fará por preço inferior a Cr\$ 10,00. Esse pormenor ofereço como justificativa comprovante da ausência local quase absoluta de madeiras para cercas e moirões.

O plantio, mesmo de capim, é feito nas vazantes do rio.

A mandioca, a cana de açúcar, o amendoim, a batata doce, são exclusivamente culturas de vazantes e se seu ciclo vegetativo excede o tempo em que ocorrem as enchentes do rio, como acontece quase sempre com a mandioca, só há uma solução: colhê-la ainda verde ou submeter-se a um prejuízo total.

Jatinã tem 2.308 quilômetros quadrados e uma população de 9.600 almas, das quais 1.200 em sua sede. No município, informa a Agência de Estatística, há 1.998 propriedades rurais, cuja extensão não é possível determinar, pois raras são as demarcadas. Terras valorizadas são as marginais do São Francisco, cujo preço atinge a Cr\$ 15,00 por metro de frente, podendo sua profundidade alcançar três mil. O arrendamento da terra de vazante é cobrado pelo município a Cr\$ 0,50 o metro!

Examinando as finanças municipais de Jatinã, em 1947, verifiquei que em sua receita de Cr\$ 75.000,00, o título mais expressivo é o imposto sobre exploração agrícola-industrial com Cr\$ 20.000,00, onde possivelmente se enquadra a taxa a que me referi acima. O município só dispõe de 12 carros de boi. O salário corrente não excede a Cr\$ 8,00 e Cr\$ 5,00 quando o empregador fornece a alimentação. Uma fábrica de beneficiamento de caroá apresentou uma produção de Cr\$ 150.000,00, em 1946, e Cr\$ 360.000,00, em 1947.

O município cria mais do que cultiva. Sua população bovina, equina, asinina, muar, suína, ovina e caprina é estimada respectivamente em 1.400, 1.000, 3.000, 270, 2.800, 5.200 e 36.000 cabeças. Fabricam rapadura 18 engenhos. Há

10 escolas estaduais no município, das quais 8 funcionam na sede, 25 subvencionadas e 8 supletivas. O município dispõe de iluminação elétrica precária, mas não tem água encanada.

Digno de admiração é o Estado ainda conseguir arrecadar dessa população mais de duzentos mil cruzeiros anuais, para cujo total, 2.048 propriedades territoriais concorrem com Cr\$ ... 5.519,00 cruzeiros! Tinha bem razão o fazendeiro que se prestou a acompanhar a mim e a outros companheiros em visita a algumas propriedades: "Para viver aqui, disse-nos ele, basta uma só virtude — a resignação para suportar o sofrimento!"

Visitei também o distrito de Itacuruba, cuja população estimada em 5.000, de que a sede abriga 2.000, vive da extração de sal nas barrancas do povoado, da fabricação de rãdes e do cultivo das lagoas. Essa gente, cuja sobrevivência econômica merece os maiores encômios, tece com perícia, em teares rudimentares, os próprios tecidos com que se cobrem e ainda tem engenho para produzir panos artísticos de franco comércio entre as populações de outros municípios.

\* \* \*

As condições de Floresta não divergem muito das de Jatinã. Suas terras semi-áridas sofreram também a ação devastadora do homem. Suas caatingas, como as de Jatinã, já não cobrem o solo em largos tratos. A produção agrícola está quase restrita às serras de Irapuã e Uinã, onde ainda é possível cultivar-se o milho, o feijão e a mandioca, mas a extinção das espécies vegetais já se vem processando desoladoramente, mesmo em suas fraldas. A pobreza de madeira é tão sensível, que vi, pela primeira vez, o aproveitamento do mandacaru como tábua! Município onde o flagelo da seca é consideravelmente acentuado, tive entretanto a oportunidade de observar o número crescido de rios num percurso de trinta quilômetros e que "cortam" quando escasseiam as chuvas, mas que, se represados, viriam a constituir uma fonte quase perene de umidade nas terras circunvizinhas.

Visitei uma propriedade cujo dono adquiriu por Cr\$ 20.000,00 em 1947. Sua extensão é de 6.600 metros de frente por 4.000 de fundo. Seu plantio de palma é de 70.000 pés e cria duzentas cabeças de gado vacum, carneiros e cabras. A exuberância da palma nessa fazenda, plantada em plena caatinga, onde qualquer outro vegetal cultivado não se encontraria em condições de sobrevivência, bastaria por si só para convencer-me, se disso tivesse necessidade, de que o seu plantio permite a criação intensiva de gado, mesmo nas condições atuais de completo abandono em que o sertanejo, mas atravessando o período cruel de segurança pessoal e a de seus bens, inicia suas atividades criadoras praticando o cultivo da palma, de que ainda não soube, porque não lhe disseram, medir o alcance...

Se se puderem represar os córregos que "cortam" no município de Floresta, incentivar o

cultivo da palma, proteger o que resta de suas caatingas, reflorestar suas serras, defender sua produção animal da enzootia e epizootia reinantes, esse município, cuja decadência é evidente, retornaria ao seu antigo fastígio, quando, segundo lamenta sua população, foi sede de um bispado e primou pelas suas condições econômicas e sociais nas assembléias políticas do Estado. Hoje, sua população de 16.550 habitantes não sabe o que fazer numa área de 4.840 quilômetros quadrados, a não ser criar alguns milhares de bovinos, caprinos, equinos e asininos, sujeitos todos aos azares da seca, ou aos do baixo peso quando sobrevivem até à eventualidade das águas.

Alguns açudes represam no município ..... 4.082.727 m<sup>3</sup> de água, mas nem essa reserva basta às necessidades locais, nem está disposta para fins de irrigação.

Mesmo assim, o município de Floresta conseguiu orçar em 1947, sua receita em Cr\$ ..... 112.950,00; o Estado arrecadou, no mesmo período, Cr\$ 181.384,70 e a Coletoria de Rendas Federais, Cr\$ 323.881,10, incluindo ainda os municípios de Cabrobó, Jatiná e Petrolândia!

E nesses quatro municípios, três dos quais estão incluídos na primeira faixa de influência da cachoeira de Paulo Afonso, a arrecadação do imposto de renda foi de Cr\$ 159.953,30 e o de consumo Cr\$ 98.253,30, o que representa, não há negar, um índice eloquente de pauperismo.

O poder aquisitivo da população de Floresta — e aqui refiro-me só aos habitantes de sua sede — é tão reduzido, que uma carga de lenha para o consumo normal é transportada de uma distância de dezoito quilômetros e não obtém preço superior a Cr\$ 5,00!

Com 2.867 quilômetros quadrados, onde vegeta uma população de 14.116 habitantes, o município de Petrolândia, cuja sede está destinada a ser transferida para o Núcleo Agro-Industrial da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, não sofreu, conforme tive a oportunidade de referir em outra parte desta exposição, a influência que poderia esperar dos trabalhos especializados que ali, há alguns anos, se vêm processando.

Talvez porque essa transferência assim em suspensão, não tenha período certo para se processar, é que sua sede atual não seja povoada por mais de 1.400 almas. Com 987 propriedades registradas, embora tôdas elas não o sejam em extensão, a Coletoria Estadual de Petrolândia, no exercício de 1947, só consignou Cr\$ 7.148,00 de imposto territorial. Possivelmente nasce daí a deliberação da Secretaria da Fazenda de Pernambuco que, ao determinar, por portaria n.º 4, de 9 de abril de 1948, a revisão geral do referido imposto, deliberou, sem outra forma de processo, que o mesmo não poderá em hipótese alguma ser inferior a três vezes o da coleta do exercício de 1937! Omito os comentários que as resoluções dessa natureza podem autorizar, para estranhar

só quanto uma medida dessa ordem pode perturbar os processos de desapropriação das terras, agora integradas no plano de seu aproveitamento racional, estabelecido pelo governo da União.

O Estado arrecadou em 1947 Cr\$ 175.075,30, inclusive sua receita extraordinária, enquanto o município, em igual período, obteve Cr\$ ..... 72.000,00.

E outra não poderia ser a situação de um município em que, num só de seus 9 distritos, o de Tacaratu, é possível a produção vegetal, sobretudo cereais, isso pelas razões de seus recursos naturais, já alinhavados em outro capítulo desta exposição.

8.500 bovinos; 1.400 asininos; 1.200 equinos; 7.000 suínos; 11.000 ovinos e 30.000 caprinos constituem sua população animal e, pelo seu estado precário de alimentação, não é de esperar, agora que suas caatingas caminham para o aniquilamento, um aumento apreciável em sua produção!

Em Petrolândia, funcionam 37 escolas mistas primárias, das quais 8 são pagas pelo Estado. Há ainda 6 escolas supletivas. Fácil é o verificar-se em que condições de aproveitamento esse ensino municipal se efetiva, quando se examina a verba orçamentária para mantê-lo: Cr\$ ..... 12.780,00!!

\* \* \*

O Estado da Bahia está sob a influência da cachoeira de Paulo Afonso, na área que nos foi dada para observar, pelos seus municípios de Glória, Jeremoabo e Curaçá. Contudo, só o primeiro pode ser considerado como digno de nota, por isso que os demais estão incluídos numa área mínima de sua extensão.

Glória, cujas condições de produtividade são mais do que precárias, em face da aridez de suas terras, contribuiu para a aludida área com 95% de seu território, enquanto os dois outros municípios contribuem apenas com 18 e 8%.

Com uma extensão de 7.557 quilômetros quadrados e uma população de 14.572 habitantes, seu orçamento municipal para o exercício vigente é de Cr\$ 276.000,00, mas é mister considerar que nesta importância estão consignados Cr\$ ..... 100.000,00 que constituem a cota prevista no artigo 20 da Constituição Federal. Suas terras, quase tôdas de propriedade do Estado, são mesmo assim, arrendadas pelos seus posseiros, à razão de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 50,00 a tarefa.

A Cia. Agro-Fabril de Pedra, da firma Meneses & Cia., que possui no município de Glória duas propriedades no valor de Cr\$ 50.000,00 e 100.000,00, em junho do ano corrente, pretendeu elevar seu valor para Cr\$ 60.000,00 e ..... 1.000.000,00, no que foi em tempo obstada...

Distante como se encontra da Cidade do Salvador, apesar da estrada de rodagem existente,

construída pelo governo federal, os habitantes de Glória preferem comerciar com os Estados de Alagoas, Sergipe e, sobretudo, Pernambuco. Nasce daí a ânsia incontida de sua população pela localização da ponte que deverá ser construída sobre o rio São Francisco.

Em 1947, o Estado arrecadou em Glória Cr\$ 165.047,20 e até julho do ano em curso Cr\$ 163.318,40. Esta ascensão não decorre, como seria de presumir, de qualquer aumento de produção, mas da elevação do impôsto de vendas e consignações que de 1,4 passou a 2,5. E tanto assim é que esse impôsto que, no exercício anterior, rendera Cr\$ 85.437,40, no ano vigente, até julho, já atingira a Cr\$ 105.802,40.

Vê-se, pelo exposto, quais as condições sócio-económicas desse município de população escassa e sujeito, tanto quanto o que mais o fôr, à crise das grandes estiagens, e onde a terra, mesmo a dominada pelos posseiros, não tem dimensão conhecida, mas que, mesmo assim, é alugada por um preço escorchantes, escorchantes pelas condições de eventualidade no que toca à sua produção.

\* \* \*

Sou dos que pensam que a transformação da matéria-prima produzida na zona do São Francisco deverá ser processada no local.

A aquisição dos habitantes ribeirinhos de produtos industrializados, e que provém das cidades do litoral, é feita por preços fabulosos, enquanto a matéria-prima ali produzida, como acontece com a pele e as solas, só alcança cotações mínimas, quando não desce a preços aviltantes.

O lavrador sertanejo, como produtor exclusivamente de matérias-primas, recebe pelo seu trabalho o preço que lhe oferece o mercado, menos, é claro, o custo do transporte até o centro industrializador, o preço da industrialização, o lucro lícito do capital empregado nas fábricas, a devolução do produto acabado, além das vantagens auferidas pelo vendedor a retalho.

Note-se que ainda faço omissão da ação especulativa própria dos negócios dessa natureza, inclusive do ágio do armazémista que é quem compra diretamente às fábricas. Mas, se ele pudesse industrializar sua produção, evidentemente, maiores seriam seus lucros individuais.

Com pequeno poder aquisitivo, os sertanejos não podem assim beneficiar-se das vantagens da industrialização e se ainda, em sua maioria, andam calçados é que as asperezas do ambiente o levaram ao uso das alpercetas, de que por fim se fizeram fabricantes, num trabalho rudimentar, em que um cordel grosso, uma agulha e uma tóscas lâmina de ferro, por ele mesmo forjado, são os elementos únicos dessa rudimentar fabricação. Numerosas são as famílias que tecem grosseiramente o pano com que se vestem, mas essas mesmas têm contra si as fábricas de fiação do litoral que em cada centro populacional mantém um representante que

monopoliza a venda de fios, de que se abastecem os seus necessitados. Essa situação agrava-se, sobremodo, entre os fabricantes de rês que, por dez horas de exaustivo trabalho, não obtém salário superior a Cr\$ 4,00. Mas a verdade é que o sertanejo é quem planta o algodão e o sisal, extrai das caatingas o caroá, tira do boi e do bode que criam a pele e a sola com que os industriais, localizados a incalculáveis distâncias, fabricam o pano e o sapato que ele não pode adquirir, inclusive porque o seu trabalho de produtor de matéria-prima não foi convenientemente compensado. O trabalho sertanejo, tal como se encontra, nem sequer pode ser considerado como elemento de formação da capacidade aquisitiva.

Não sei porque a zona do São Francisco, quando assistida pela energia barata e processos agrícolas racionais, não se enquadra na localização industrial, valorizando assim o trabalho sertanejo, o que permitirá, de resto, sua inclusão na classe dos consumidores de razoável poder aquisitivo.

Os produtos agropecuários a que me refiro não são materiais ubíquos que não exercem atração locacional sobre as fontes de seu aprovimento, essa atração se mede pela economia do custo que se pode obter quando dela aproximamos a produção. E não se diga que o desvio do lugar da produção natural para efeitos de industrialização decorre do custo do salário e de baixas tarifas de transporte. Um estudo exato desses custos levaria o menos otimista a decidir-se pela transformação da matéria-prima no seu próprio ambiente produtivo, o que teria ainda a vantagem, num centro que se pretende a todo custo povoar, recolher a mão-de-obra imprópria ou que excedesse à faina da lavoura.

É comezinho princípio econômico que as aglomerações populacionais se processam ao redor de dois centros: — centros industriais orientados para as matérias-primas, e que se vão desenvolvendo até se transformarem em populações medianas e grandes, e centros orientados para o trabalho e para o consumo.

Não me parece razoável concorrer com a produção agrícola do São Francisco para o maior hipertrofamento dos centros fabris do litoral, inclusive pelo argumento da constituição de cidades maiores de quinhentos mil habitantes em que os problemas de teto, de saúde, de abastecimento e o educacional constituem a preocupação dos governos que encontram sempre dificuldades em resolve-los.

Opino, pois, pela primeira orientação, aliás, a que vinha impressionando as civilizações ocidentais nas proximidades da última guerra.

\* \* \*

O conceito corrente da propriedade que se reflete no *jus utendi et abutendi* não pode ser admitido nos tempos atuais e nunca será um regime propulsor do desenvolvimento econômico que se pretende dar à região do São Francisco.

As causas físicas, biológicas, jurídicas e econômicas de seu atual despovoamento jamais serão contornadas se não fôr exercitado o conceito social de que a terra existe em função dos que a trabalham.

A Divisão de Terras e Colonização, com seus técnicos especializados caberia, se fôr o caso, desenvolver a tese que eu simplesmente enunciei quando propus a criação das aldeias rurais e industriais, onde a proximidade dos problemas facilitaria soluções adequadas, evitando o perigo da

falta de unidade, perfeitamente compreensível em regiões tão extensas.

Eis como comprehendi a situação sócio-econômica da zona influenciada pela cachoeira de Paulo Afonso. Se, ao tentar descrevê-la, fui vivo em demasia, obedeci simplesmente à contingência de meu feitio, sem nenhum intuito de contrariar a visão de muitos outros que possivelmente a enxergaram e a sopesaram sob um prisma bem mais otimista.

---

---